Ano 5, n. 15, 2012
Seção Artigos
Tema: Sentido e valor das palavras
09/08/2013

Qual a diferença entre texto e discurso?

Décio Rocha

Décio Rocha é mestre em Letras pela PUC-RJ e doutor em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela PUC-SP. Professor associado do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira e do Instituto de Letras, ambos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CAp-UERJ e IL-UERJ), desenvolve pesquisas com ênfase nos seguintes temas: análise do discurso, relação linguagem e trabalho, produção de subjetividade.

Volto à questão que motivou a escritura do texto anterior, a saber, a pergunta feita por um professor de língua portuguesa a uma estudante de ensino médio que acabava de apresentar à turma um trabalho para nota na disciplina – "de onde vem a força de um texto? da autoridade de quem faz uso da palavra ou da própria natureza da palavra?". Devo admitir que a questão era bastante deslocada, e o mesmo se poderia dizer da resposta, fosse esta qual fosse: por um lado, dizer que a força pertence à própria palavra é imaginar que esta seria um *prêt-à-porter* que, em sendo usada, teria o incrível poder de produzir sempre um mesmo efeito, independentemente de quem a proferisse ou de quaisquer outros parâmetros contextuais; por outro lado, assumir que a força seja qualidade inalienável de alguém pressupõe no mínimo um perfil ditatorial, típico das práticas autoritárias que reservam para si o monopólio das verdades.

Aliás, talvez aqui valesse a pena uma breve digressão a respeito da conveniência de acreditarmos em uma força que fosse propriedade de alguém. Sim, digo exatamente "conveniência": uma boa saída para nos isentar de qualquer responsabilidade frente ao que acontece à nossa volta, quando, no mínimo ingenuamente, atribuímos a alguém em particular a autoria de uma dada feição de mundo que, na realidade, é resultante da conjunção de diferentes práticas, dentre as quais as práticas verbais. Expressões como "ele tem o dom da palavra" e "ele fala com muita autoridade", aliadas a outras como "não adianta falar com ele", "ele não ouve ninguém", corroboram esse ponto de vista. A situação se aplica aos mais diversos casos: desde as lideranças políticas que se excedem em arbitrariedades, como se não estivessem no exercício de um poder que não lhes pertence, mas que lhes foi delegado, até os atos de violência verbal que têm lugar na intimidade das relações conjugais, passando pelo despotismo do patrão, pelo professor autoritário, pelo funcionamento autocrático entre familiares, etc.

Em todos os níveis é possível assistir a situações de autoritarismos desenfreados, e tal exercício nunca é unilateral, pois sua contrapartida está sempre presente, quer a enxerguemos ou não. Ao lado do líder governista tido como autocrático, está o enfraquecimento progressivo das instâncias representativas da sociedade, ou o interesse mesquinho dos escalões mais baixos a se beneficiarem de pequenos ganhos; no campo das relações de trabalho, dando sustentação ao patrão que se excede em sua autoridade, estão leis trabalhistas que não garantem muita coisa e interesses escusos de subalternos que saberão tirar algum proveito de cada situação; ao lado do professor que vive de forma abusiva sua autoridade, estão uma instituição escolar marcada por estrutura disciplinar endurecida e anacrônica, famílias reacionárias e/ou ausentes, alunos silenciados (porque silenciosos); sob a égide do líder religioso opressor, estão a quietude e a obediência do rebanho de fiéis; para não me estender indefinidamente, nas pequenas injúrias no seio da vida familiar ou nos contatos cotidianos de diferentes graus de proximidade (colegas de trabalho, vizinhos, etc.), também estão o incentivo das atitudes de autocentramento, o ensimesmamento ou a falta de tempo no que diz respeito à qualidade das relações que se travam com o outro. Em resumo: aquilo que aparentemente se explica pela ação localizada de um ator "escolhido" para exercer o papel de vilão sempre poderá ser traduzido pela explicitação de uma rede de conivências que dá sustentação ao (e, por sua vez, é sustentada pelo) exercício do referido papel. Tudo se resumindo, pois, ao tipo de relação que podemos – e queremos – estabelecer com quem está à nossa volta.

A força, portanto, deve se originar não em um ponto isolado e claramente delimitável – no anonimato do mundo das palavras ou nas insondáveis qualidades de quem as profere. Se, no curso de uma interlocução, algo se produz a que damos o nome de força, esta só pode ser decorrência de um coletivo de circunstâncias. Pois bem, a esse "coletivo" se tem dado o nome de discurso – e essa é apenas uma das possíveis definições de discurso, aquela que assumo particularmente para mim. Vejam só: estou propositalmente dizendo *discurso*, e não *texto*. Não é o texto, isto é, a materialidade linguística, a sequência verbal proferida, que tem o poder do qual falamos. Dizendo que a força está no discurso, reconhecemos que ela não é algo que possa estar situado em um ponto preciso qualquer: ela advém de um dado enunciado que, produzido como convém em uma determinada situação, entre sujeitos legítimos, em um momento e em um lugar específicos, sendo mantido um tom conveniente, etc. Assim, a tal força de que falamos resulta de uma "coincidência de circunstâncias" que produz um efeito muito maior do que a mera soma de suas partes – ideia fundamental em toda e qualquer prática que passe pela palavra.

A esse respeito, retomando nosso personagem inicial, He-Man, não nos iludamos: quando ele dizia “eu tenho a força!”, devia saber que essa força não era exatamente natural, nem lhe era garantida de uma vez por todas. Ao contrário, o sucesso de seu enunciado dependia fundamentalmente de ele ser emitido em situação de legitimidade para poder gerar seus efeitos: o enunciado certo, proferido por quem de direito, no local adequado, dirigido ao interlocutor conveniente, em tempo compatível com todas essas circunstâncias, no tom que era preciso assumir, etc. Talvez o encontro de todas essas circunstâncias possa gerar a ilusão de um poder que nos pertence. Mas se trata de um poder que, na verdade, nos constitui como conjugação de forças que produzem realidade. Até porque, como já dizia o poeta, “um galo sozinho não tece a manhã”.